

O DOMÍNIO PÚBLICO

O CRITÉRIO E O REGIME JURÍDICO
DA DOMINIALIDADE

ANA RAQUEL GONÇALVES MONIZ


ALMEDINA

Resumo de Dominio Publico, O O Critério E O Regime Juridico Da Dominialidade

As questões relacionadas com o domínio público constituem um dos pontos centrais do Direito Administrativo. Não obstante a acesa discussão de que as mesmas vêm sendo objecto no âmbito dos sistemas jurídicos de raiz romana (sobretudo, em França e em Espanha), esta matéria não tem, entre nós, recebido a atenção da doutrina mais recente.

O presente trabalho visa, por isso, procurar responder às necessidades de recentramento da temática da dominialidade pública. Longe de se defender uma 'crise do domínio público', opta-se por uma perspetiva actualizada do critério de identificação das coisas públicas e por uma adequada flexibilização do regime jurídico-administrativo a que estas se encontram submetidas, de forma a obedecer aos hodiernos imperativos de rentabilização do património público.

NOTA PREVIA O trabalho que agora se publica corresponde, com pequenas alterações, a Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas apresentada na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 29 de Outubro de 2003 e discutida perante o Juri em 31 de Maio de 2004.

Sem prejuízo da manutenção das posições sustentadas no texto original, as modificações introduzidas foram pautadas essencialmente pela necessidade de dar conta das inovações legislativas entretanto verificadas (atente-se, v. g., em termos de direito comparado, na nova Ley del Patrimonio de las Administraciones Públicas e, entre nós, na recente Lei das Comunicações Electrónicas).

A escolha do domínio público como tema visou perspectivar de uma forma mais actualizada os princípios que caracterizam o instituto. Com efeito, e ao contrário do que sucede nos ordenamentos jurídicos europeus (maxime, em Espanha, França ou Itália), as questões relacionadas com os bens públicos não têm merecido da doutrina nacional a atenção

devida, pelo que, na pratica, desde 1965 (data de A Utilizacao do Dominio Publico pelos Particulares, de Freitas do Amaral), nao existem estudos monograficos sobre a materia.

O facto de estar em causa uma das tematicas ancilares do Direito Administrativo, assim como as alteracoes proporcionadas pela obediencia aos imperativos de rentabilizacao e adequacao ao Direito Comunitario, constituiram ainda factores determinantes desta opcao.

Neste ambito, nao poderia deixar de agradecer, em primeiro lugar, ao Juri, pela disponibilidade manifestada para a apreciacao do trabalho. Ao Senhor Professor Doutor Jose Carlos Vieira de Andrade agradeço uma presenca amiga e constante, na sua qualidade de orientador da dissertacao: foram o seu estimulo e a sua paciencia que, em diversos momentos, permitiram o avanco do trabalho e a superacao de algumas dificuldades.

A Senhora Professora Doutora Maria da Gloria Garcia, agradeço a arguicao que tanto me honrou, e da qual extrai conclusoes determinantes para a materia do dominio publico. Ao Senhor Professor Doutor Fernando Alves Correia, presidente do Juri, cumpre-me agradecer as licoes que recebi -desde logo, na parte escolar do Mestrado -, tanto no plano do Direito Constitucional, como no plano do Direito Administrativo.

Em segundo lugar, agradeço ao Senhor Dr. Pedro Goncalves o encorajamento e a disponibilidade para discutir algumas tematicas sobre as quais versou o presente trabalho. As conversas que mantivemos, quer durante o periodo de redacao do texto e preparacao das provas publicas, quer nos momentos que antecederam a publicacao, revelaram-se, em certos pontos, de relevancia extrema.

Agradeço tambem aos restantes membros da Seccao de Ciencias Juridico-Politicadas, muitas vezes presentes com as suas palavras de carinho e simpatia. Nao poderia tambem esquecer os membros Seccao de Ciencias Juridico-Historicas, com quem trabalhei durante a fase de elaboracao da dissertacao, pela preocupacao e interesse sempre demonstrados.

Aos Senhores Professores Doutores Antonio dos Santos Justo e Rui de Figueiredo Marcos agradeço as valiosas sugestoes para a elaboracao da

parte historica deste trabalho. Coimbra, em 24 de Novembro de 2004
INDICE PARTE I - DO AGER PUBLICUS AO DOMINIO PUBLICO: A
CONFORMACAO DO DOMINIO PUBLICO NA HISTORIA DO DIREITO
PORTUGUES NOTA PREVIA 1.

O PERIODO ANTERIOR A FORMACAO DO DIREITO PORTUGUES 2. O
DOMINIO PUBLICO NA HISTORIA DO DIREITO PORTUGUES PARTE II
- AS COISAS PUBLICAS: O CRITERIO DA DOMINIALIDADE 1. UMA
APROXIMACAO A NOCAO DE COISA 2.

O CRITERIO DA PUBLICIDADE DAS COISAS: O CRITERIO DA
DOMINIALIDADE PARTE III - O ESTATUTO DA DOMINIALIDADE:
DELINEACAO DE UM REGIME 1. PROPRIEDADE E DOMINIO
(PROPRIETAS E). PROPRIEDADE PUBLICA E PODERES DE
DOMINIO 2.

ESTATUTO DA DOMINIALIDADE, PROPRIEDADE PUBLICA E
CONFRONTO COM OUTRAS NOCOES 3. O REGIME JURIDICO-
PUBLICO DAS COISAS PUBLICAS: O ESTATUTO DA DOMINIALIDADE
CONSIDERACOES FINAIS

[Acesse aqui a versão completa deste livro](#)